



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

## CONVÊNIO Nº 03/2025

**CONVÊNIO TRE-RO N. 03/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO N. 0002469-35.2015.6.22.8000**

**CONVÊNIO ENTRE O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA E O BANCO DO BRASIL, COM FINALIDADE DE DISPONIBILIZAR OPERAÇÕES FINANCEIRAS E CREDITÍCIAS AOS SERVIDORES DA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.**

De um lado a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, nomeada pela Portaria n. 01, de 03 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 8 de janeiro de 2018, portadora da matrícula funcional n. 260468, doravante denominado simplesmente TRE-RO ou CONVENIENTE, e, de outro lado, o **BANCO DO BRASIL S. A. (BB)**, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 00.000.000/0001-91, instituição financeira sob a forma de empresa pública, da sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação e pelas demais legislações aplicáveis, com sede no Setor de Autarquias Norte - SAUN, s/n, Quadra 05, Lote B, Edifício Banco do Brasil, bairro Asa Norte, CEP: 70.040-912, em Brasília-DF, Telefone(s): 69 3218-6230, E-mail(s): [age2757@bb.com.br](mailto:age2757@bb.com.br) / [marciocaimi@bb.com.br](mailto:marciocaimi@bb.com.br), neste ato representada por seu Procurador, senhor **ALEXSANDRO AMARAL DA ROCHA**, brasileiro, Gerente Geral do Escritório de Setor Público do BB em Rondônia, portador da matrícula funcional n. F0427769, conforme identificação feita por meio dos documentos apresentados pelo BANCO DO BRASIL ao TRE-RO (cujos dados pessoais foram suprimidos em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), banco esse doravante denominado simplesmente BANCO DO BRASIL ou BB ou CONVENIADA(O), RESOLVEM celebrar o presente Convênio, mediante autorização constante no Despacho n. 1073/2025/GABDG, de 13/10/2025 (evento 1422833) e Despacho n. 1174/2025/GABDG, de 07/11/2025 (evento 1435461), bem como consoante as seguintes Cláusulas e condições:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a concessão de empréstimos, mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores ativos e inativos do TRE-RO, bem como aos pensionistas, cujas parcelas não poderão exceder a margem de consignação disponível no sistema eConsig ou similar que o Tribunal venha a adotar.

1.1.1. O BANCO DO BRASIL, dentro de seu exclusivo critério e obedecidas as suas normas de concessão de empréstimos, analisará a possibilidade de implementação do contrato e da consignação em folha, cuja contratação será efetivada diretamente com os mesmos, passando o contrato de adesão viabilizador do benefício requerido a integrar a documentação do presente termo de CONVÊNIO para todos os fins e efeitos de direito.

1.1.2. Nenhuma obrigação caberá ao BANCO DO BRASIL de aceitar a adesão a quaisquer empréstimos, caso o servidor não cumpra os requisitos estabelecidos para tanto, ou por qualquer outra razão a juízo do BANCO DO BRASIL.

1.1.3. Compõem o presente Convênio o Anexo I deste instrumento (Dados para Operacionalização do Convênio)..

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONCESSÃO DO EMPRÉSTIMO

2.1. No ato de concessão dos empréstimos, o servidor ou pensionista utilizará senha pessoal para validar a operação, no sentido de autorizar que as importâncias oriundas das obrigações contratuais estabelecidas com ao BANCO DO BRASIL sejam descontadas da remuneração, provento e/ou pensão mensal, com a consequente consignação em folha, a qual o TRE-RO aceitará, passando a autorização a integrar a documentação do presente CONVÊNIO.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES E DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONVÊNIO

3.1. Por este instrumento e na melhor forma de direito, o TRE-RO declara-se responsável pela retenção e pelo repasse do equivalente aos valores devidos pelos servidores e pensionistas que constarem regularmente registrados no sistema eConsig ou similar que o Tribunal venha a adotar.

3.1.1. Caso o servidor ou o pensionista não tenha saldo em sua margem consignável na folha de pagamento, o TRE-RO deverá informar ao BANCO DO BRASIL sobre tal ocorrência em arquivo retorno do sistema eConsig ou

similar que o Tribunal venha a adotar, e o TRE-RO excluirá as consignações facultativas até a adequação dos valores ao limite estabelecido nos normativos correspondentes.

3.1.2. Compromete-se o BANCO DO BRASIL a comunicar os reajustes das parcelas aos servidores e/ou pensionistas, eximindo-se o TRE-RO de tal responsabilidade, e as novas parcelas serão implementadas após o regular registro no sistema eConsig ou similar que o Tribunal venha a adotar.

3.1.3. O TRE-RO deverá efetuar os descontos em folha de pagamento dos empréstimos e/ou financiamentos autorizados pelos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS E AGENTES POLÍTICOS, observado o limite máximo permitido pela legislação em vigor, e repassar os valores ao BANCO, mediante crédito na Conta Convênio na data estabelecida para repasse financeiro, na mesma data do pagamento dos salários e do vencimento das prestações, conforme indicado no Anexo Dados para Operacionalização do Convênio.

3.1.4. O BANCO suspenderá a concessão de novos empréstimos e/ou financiamentos consignados aos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS E AGENTES POLÍTICOS através de bloqueio automático com envio de notificação por intermédio de vias digitais ou eletrônicas (e-mail, BB Digital Setor Público ou por outro meio digital que venha a ser disponibilizado pelo BANCO) ao CONVENIENTE, quando:

I- Ocorrer o descumprimento por parte do CONVENIENTE de qualquer cláusula ou condição (ões) estipulada(s) neste Convênio;

II – O CONVENIENTE não repassar ao BANCO os valores consignados informados ao BANCO, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a data de crédito dos salários (dia de vencimento das prestações);

III – O convênio apresentar índices de inadimplência e de consignação não admitidos pelo BANCO;

IV- Ocorrer alteração (ões) no Anexo Dados para Operacionalização do Convênio que interfira nas condições pactuadas;

V – Ocorrer atraso ou não envio das informações de consignação mensal.

3.1.4.1. A suspensão do Convênio não desobriga o CONVENIENTE de continuar realizando as consignações das prestações e a retenção das verbas rescisórias, relativas aos contratos de empréstimos e/ou financiamentos já celebrados, permanecendo necessária a troca de informações de consignação mensal entre o BANCO e o CONVENIENTE e os repasses devidos até a liquidação de todos os contratos celebrados.

3.1.4.2. O restabelecimento do Convênio ficará a critério do BANCO, após a regularização das pendências que motivaram a suspensão.

3.1.5. Na hipótese de ocorrência da situação mencionada no item anterior desta cláusula, o valor não repassado poderá ser, a critério do BANCO, corrigido pelo IPCA-E ou outro índice que venha substituí-lo, a partir da data prevista para o repasse financeiro indicado no item 3.1.3 da Cláusula Terceira deste instrumento, até o dia do efetivo repasse ao BANCO.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DO INSTRUMENTO DE ADESÃO**

4.1. O servidor ou o pensionista que desejar obter empréstimos deverá ratificar os termos deste CONVÊNIO, através de cláusulas próprias existentes nos Contratos de Adesão específicos, e o TRE-RO procederá a consignação em folha de pagamento dos valores devidos pelo beneficiário dos empréstimos ao BANCO DO BRASIL, de acordo com as condições estipuladas no contrato de adesão, desde que sejam efetuados os devidos registros no sistema eConsig ou similar que o Tribunal venha a adotar, passando o referido documento a fazer parte integrante deste CONVÊNIO.

4.1.1. Respeitado o prazo de vigência previsto neste instrumento, a consignação objeto deste CONVÊNIO só poderá ser cancelada com a ciência e concordância tanto do servidor e/ou pensionista como do BANCO DO BRASIL.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - DO DESLIGAMENTO DOS SERVIDORES DO TRE-RO**

5.1. Caso ocorra desligamento do servidor ou interrupção de vínculo do servidor com o Tribunal, por qualquer motivo (vacância, exoneração, dispensa, falecimento, licença sem vencimentos, etc.), ou na hipótese de movimentação do servidor para outro órgão público, ou, ainda, ocorrendo o falecimento do pensionista, fica o TRE-RO eximido de qualquer responsabilidade, exceto a de informar o fato ao BANCO DO BRASIL.

5.1.1. A consignação em folha de pagamento não implica corresponsabilidade do TRE-RO por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor e/ou pensionista, devendo esses serem assumidos inteiramente pelo servidor e/ou pensionista ou por seus representantes legais para esse fim constituídos, podendo o BANCO DO BRASIL, a seu critério, respeitando os termos descritos no Contrato assinado particularmente com cada um dos servidores elou pensionistas, valer-se de todos os meios jurídicos disponíveis para obter as importâncias devidas.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA - DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**

6.1. O BANCO DO BRASIL, na eventual instituição de taxa de administração, após a análise, avaliação, concordância e assinatura de Termo Aditivo, por ambas as partes, ao referido instrumento contratual, poderá autorizar a retenção dos valores pelo TRE-RO para fazer face aos custos administrativos de cadastramento, manutenção e utilização do sistema de pactuação contratual entre consignatários e consignados, conforme previsto no art. 20 da Instrução Normativa TRE-RO n. 003/2009, devendo tal intenção ser comunicada com antecedência prévia ao BANCO DO BRASIL.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO**

7.1. O presente CONVÊNIO terá vigência de 5 (cinco) anos, a contar da última assinatura dos representantes do TRE-RO ou do BB via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e poderá vir a ser prorrogado sucessivamente, após a análise, avaliação, concordância e assinatura, por ambas as partes, de Termo Aditivo ao

referido instrumento contratual, e desde que o prazo total não ultrapasse a vigência máxima decenal (10 anos), em consonância com as disposições dos arts. 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021.

7.1.1. Faculta-se a qualquer das partes, a seu exclusivo critério e a salvo de qualquer multa ou sanção, a qualquer momento, extinguir o presente instrumento, devendo a parte que tomar tal iniciativa notificar a outra de sua intenção com antecedência de 30 (trinta) dias, observando que:

7.1.1.1. Fica estabelecido que, ocorrendo o término do presente instrumento por iniciativa de qualquer das partes, continuarão totalmente aplicáveis e vigentes as suas Cláusulas quanto aos empréstimos/financiamentos em curso, até sua final liquidação pelos devedores

7.1.1.2. Serão processados para a folha de pagamento do mês seguinte, no sistema eConsig ou outro que o Tribunal venha a adotar, os dados de exclusão de consignações informados até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, não se responsabilizando o TRE-RO por eventuais acertos que o servidor tenha de fazer com o BANCO DO BRASIL.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES E DA DENÚNCIA**

8.1. O presente instrumento poderá ser alterado em seus termos ou condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante solicitação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, condicionado ao comum acordo entre as partes e mediante formalização do respectivo Termo Aditivo.

8.1.1. O não cumprimento, total ou parcial, deste instrumento por qualquer das partes, ensejará a sua denúncia pela parte prejudicada, com sua extinção, mediante prévia comunicação escrita à outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que disso resulte à parte denunciada o direito à reclamação ou indenização pecuniária.

## **9. CLÁUSULA NONA - DA GRATUIDADE DESTE INSTRUMENTO E DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADES AO TRE-RO**

9.1. Este instrumento é realizado em caráter gratuito entre as partes acordantes e cada uma das PARTES arcará exclusivamente com as despesas inerentes às obrigações por elas assumidas neste instrumento.

9.1.1. O TRE-RO está isento de qualquer responsabilidade ou corresponsabilidade por inadimplência, dívida, compromissos de natureza pecuniária ou por descumprimento de qualquer acordo ou obrigacional contraídos pelos beneficiários das consignações indicadas neste instrumento, ofertados pelo BANCO DO BRASIL (art. 9º do Decreto n. 8.690/2016), bem como está isento de responsabilidade por eventual dano que quaisquer beneficiários deste instrumento ou terceiros causem ao BANCO DO BRASIL.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO, DA FISCALIZAÇÃO E DA REPRESENTAÇÃO**

10.1. No TRE-RO, a gestão e a fiscalização deste instrumento serão realizadas pelo(a) titular da Coordenadoria Técnica e de Pagamento – COTEP, ou por seu substituto, na sua ausência, competindo a esses as atribuições previstas nos normativos correspondentes, cujo contato pode ser feito por meio do telefone (69) 3211-2020 e do e-mail institucional cotep@tre-ro.jus.br, na forma do caput do art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

10.1.1. O TRE-RO constitui como seus procuradores os servidores lotados na Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP, para a finalidade de informar ao BANCO DO BRASIL as hipóteses previstas na Cláusula Quinta, e demais comunicações relativas ao processamento das consignações.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-RO**

11.1. São obrigações do TRE-RO:

11.1.1. informar aos seus servidores ativos, inativos e pensionistas a formalização, o objeto e as condições do presente instrumento;

11.1.2. prestar ao BANCO DO BRASIL, mediante solicitação dos servidores ativos, inativos e pensionistas, as informações necessárias para viabilizar a contratação da operação de crédito pleiteada;

11.1.3. encarregar-se do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento das parcelas dos empréstimos e financiamentos concedidos a seus servidores, mediante a comprovação pelo BANCO DO BRASIL da efetivação do referido empréstimo, bem como de eventuais estornos e/ou devoluções, quando necessário;

11.1.4. gerir e fiscalizar o cumprimento dos dispositivos do presente instrumento;

11.1.5. indeferir pedido efetuado por servidor/devedor sem a aquiescência do BANCO DO BRASIL, de cancelamento das averbações das prestações do empréstimo, até o integral pagamento do débito; e

11.1.6. adotar outras providências necessárias ao cumprimento do objeto do presente instrumento.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA BB**

12.1. São obrigações do BANCO DO BRASIL:

12.1.1. prestar aos servidores ativos e inativos e aos pensionistas todos os esclarecimentos necessários à compreensão e à adequada utilização dos créditos e serviços colocados à disposição, incluindo as informações necessárias para a liquidação antecipada dos empréstimos e/ou financiamentos, por ocasião do desligamento desses (exoneração, demissão, aposentadoria, etc.);

12.1.2. conceder aos servidores ativos e inativos e aos pensionistas, de acordo com as condições previstas neste

instrumento, a prestação dos serviços e concessão dos créditos, respeitadas as normas operacionais indicadas neste instrumento e a programação financeira do BANCO DO BRASIL, com operacionalização mediante o sistema eConsig, da empresa SALT TECNOLOGIA LTDA., inscrita no CNPJ n. 56.422.955/0001-91 ou similar que o Tribunal venha a adotar;

12.1.3. indicar o responsável técnico pelo acompanhamento e fiscalização deste instrumento, o qual deverá atuar em conjunto com os responsáveis designados pelo TRE-RO para esta finalidade, sendo que a presente indicação não poderá recair sobre quaisquer dos servidores do TRE-RO ou, ainda, onerar o presente instrumento;

12.1.4. comunicar tempestivamente ao TRE-RO qualquer modificação nas normas que regem o objeto deste instrumento, o que ensejará assinatura de termo aditivo próprio;

12.1.5. observar e cumprir a Resolução TRE-RO n. 31/2023, de 25 de agosto de 2023, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (evento [1053966](#)), que regulamenta a Política e os Mecanismos de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, sendo que, para tanto, compromete-se a instruir seus funcionários a respeito do normativo, inclusive no que tange às práticas de prevenção de assédio e dos procedimentos de denúncias, caso haja ocorrências;

12.1.6. observar e cumprir a Instrução Normativa TRE-RO n. 3/2024 - PRES/GABPRES, de 11 de setembro de 2024, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (evento [1235169](#)), que dispõe sobre a Política de Integridade nas contratações e estabelece a Conduta Ética da Gestão de Contratações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em especial as determinações constantes no art. 8º; e

12.1.7. adotar outras providências necessárias ao cumprimento do objeto do presente instrumento.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES**

13.1. As partes reconhecem que as informações que vierem a ser trocadas ou disponibilizadas pelo presente CONVÊNIO deverão ter sua integridade, sigilo e segurança garantidas e não deverão ser divulgadas direta ou indiretamente, a qualquer terceiro alheio ou divulgados de qualquer forma, sem prévio consentimento escrito da outra parte ou utilizadas para finalidades não previstas no presente instrumento, em conformidade com o previsto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), Lei essa que as partes deverão cumprir, a partir da assinatura do presente instrumento.

13.1.1. Ao firmar o contrato de adesão com o BANCO DO BRASIL, o consignado autoriza o TRE-RO a fornecer à entidade consignatária seus dados pessoais necessários à implementação da consignação pleiteada.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DEMAIS CONDIÇÕES**

14.1. Caso qualquer disposição deste CONVÊNIO venha a ser declarada nula, inválida ou não vinculante, as demais cláusulas ou condições permanecerão em vigor e válidas, comprometendo-se as partes a alterar as cláusulas declaradas nulas, inválidas ou não vinculantes de forma a cumprir com as disposições legais aplicáveis, preservando, porém, os objetivos que motivaram a celebração deste CONVÊNIO.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

15.1. O presente instrumento é celebrado com fundamento legal no art. 184 da Lei n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC) e no art. 45, da Lei n. 8.112/1990 (Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais) e aplicam-se a este e aos casos omissos, no que couber, as demais disposições das Leis mencionadas, assim como dos Decretos Federais ns. 3.297/1999 (Regulamentação do art. 45 da Lei n. 8.112/1990, que dispõe as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos civis, dos aposentados e dos pensionistas da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União) e 8.690/2016 (Dispositivos sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal), da Portaria MGI n. 7.142/2023 (Estabelecimento de condições e de procedimentos relativos à gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal), da Instrução Normativa TSE n. 5/2017 (Regulamentação das consignações em folha de pagamento, no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral), das normas baixadas pelo Banco Central do Brasil para as contratações em espécie, da Instrução Normativa TRE-RO n. 003/2009 (Regulamentação das consignações em folha de pagamento, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia), e, subsidiariamente, a Lei n. 10.406/2002 (Código Civil brasileiro), declarando os PARTICIPES, neste ato, terem pleno conhecimento das cláusulas e condições inseridas nas referidas normas.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

16.1. O TRE-RO providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia (DJE), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e em seu sítio eletrônico oficial, na forma dos arts. 91 e 94 da Lei n. 14.133/2021 e, na impossibilidade da mencionada publicação no PNCP, providenciará a publicação no Diário Oficial da União (DOU), para fins de sua validade e eficácia.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17.1. Em cumprimento ao art. 92, § 1º, da Lei n. 14.133/2021, o Foro legal para solucionar as questões resultantes da aplicação deste instrumento ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme pelas

partes, foi assinado por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO.

Porto Velho/RO. Documento datado e assinado eletronicamente.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo TRE-RO	<b>ALEXSANDRO AMARAL DA ROCHA</b> Pelo BB
Fábia Maria dos Santos Silva Testemunha	Iasmin Rodrigues Carvalho de Freitas Testemunha

**ANEXO I DO CONVÊNIO TRE-RO N. 03/2025 (DADOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO CONVÊNIO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BB)**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO N. 0002469-35.2015.6.22.8000**

<b>BANCO DO BRASIL</b>			
<b>DADOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO CONVÊNIO DE CRÉDITO CONSIGNADO</b>			
<b>I. PARTES OU PARTICÍPES</b>			
<b>a) BANCO DO BRASIL</b>			
<b>CNPJ</b> 00.000.000/0001-91	<b>Endereço</b> SAUN QUADRA 5, LOTE 8, TORRES I, ASA NORTE		
<b>Cidade</b> BRASILIA	<b>UF</b> DF	<b>CEP</b> 70.040-912	
<b>b) Conveniente (Empregador): TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA</b>			
<b>CNPJ</b> 04.565.735/0001-13	<b>Endereço</b> AVENIDA PRESIDENTE DUTRA, 1889, BAIRRO BAIXA UNIÃO		
<b>Cidade</b> PORTO VELHO	<b>UF</b> RO	<b>CEP</b> 76.805-859	
<b>Contato do empregador</b> RUBEM	<b>Telefone</b> 3211-2020	<b>E-mail</b> cotep@tre-ro.jus.br	
<b>II - CARACTERÍSTICAS DO CONVÊNIO</b>			
<b>Número do convênio:</b> 3533	<b>Conta Convênio para Crédito do Repasse Financeiro</b> Agência: 2757-X, Conta: 9856-6	<b>Matrícula do empregado/servidor é obrigatória para a contratação de operação?</b> ( X ) Não obrigatória ( ) Obrigatória - Especificar formato	
<b>Datas Do Convênio</b>			
<b>Dia do pagamento dos salários</b>	<b>Mês de referência da Fopag</b> (X) mês atual  ( ) mês anterior	<b>Dia único para envio do arquivo de consignação (BB&gt;Empregador)</b>	<b>Dia limite para devolução de consignação ou tratamento das informações (empregador&gt;BB)</b>
25		3	17
<b>Operacionalização do Convênio</b>			
<b>Forma de consulta/reserva da margem disponível para consignação:</b> ( X ) Empresa de Portal ( ) Carta Margem ( ) Cálculo Manual ( ) Outros - especificar:			
<b>Forma de tratamento das informações para consignação:</b> ( ) BB			

<b>Digital PJ ( X ) Empresa de Portal ( ) Troca de Arquivo ( ) Outros - especificar:</b>			
<b>Modo de Transmissão do arquivo de consignação : BBM/IED/BB-SIA ou qualquer outra nova solução que o BB disponibilize</b>			
<b>Padrão do Arquivo de Consignação: FEBRABAN</b>			
<b>Leiaute do Arquivo: CNAB 240</b>			
<b>III - ASSINATURA DO CONVENETE</b>			
<b>Data da assinatura</b>			
<b>Observação: documento datado e assinado eletronicamente</b>			
<b>III - CONFERÊNCIA DE TERMOS, FIRMAS E PODERES</b>			
<b>Data de conferência _/_/2025</b>	<b>Matrícula do funcionário F6785897</b>	<b>Nome do funcionário Márcio José de Azevedo Caimi</b>	<b>Assinatura</b>



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 13/11/2025, às 16:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXSANDRO AMARAL DA ROCHA, Usuário Externo**, em 25/11/2025, às 09:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Iasmin Rodrigues Carvalho de Freitas, Auxiliar Administrativo(a)**, em 25/11/2025, às 10:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 25/11/2025, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1436654** e o código CRC **8DC600CE**.